

**O MITO DA IMIGRAÇÃO:  
COLONIZAÇÃO DE POVOAMENTO NO BRASIL REPUBLICANO  
E A GRAMÁTICA JUSTIFICADORA DA RECOLONIZAÇÃO BRASILEIRA.**

*Tese-manifesto de*

**HUGO SANTAREM RODRIGUES**

© 2004–2025 Hugo Santarem Rodrigues. Todos os direitos reservados.

Conteúdo protegido pela Lei nº 9.610/1998 de direitos autorais.

Sinais distintivos, definições autorais e categorias/sínteses interpretativas relativas ao autor e ao projeto encontram-se protegidos por lei,  
com provas de anterioridade, certidões da Biblioteca Nacional e registros no INPI.

## Abstrato

Esta tese-manifesto introduz e teoriza o “mito da imigração” como método de leitura crítica e categoria analítica que designa o dispositivo discursivo-operacional que reorienta a memória nacional ao reclassificar como “imigração” o projeto autoritário de colonização de povoamento, sob regime de colonialismo interno, implementado no Brasil a partir do golpe de Estado republicano de 15 de novembro de 1889, e operado em parcerias econômicas público-privadas com companhias internacionais de colonização (como as alemãs, italianas, japonesas, judaicas e norte-americanas). Dessa forma, o "mito da imigração" opera como dispositivo recodificador e gramática justificadora: forjando a "máscara de imigrante" ao atribuir conotações moralizantes ao termo "imigrante" e, simultaneamente, degradantes ao termo "colonizador", deslocando-o somente para o recorte histórico luso-brasileiro. O "mito da imigração” consolida o projeto recolonizador; sem sua desativação, não há descolonização.

Até onde alcança o estado da arte, trata-se do primeiro estudo de história comparada a enquadrar a Primeira República brasileira (1889–1930) como projeto governamental que emulou práticas coloniais e autoritárias características do Novo Imperialismo (1880–1914), comprovando que o Brasil não esteve à margem das transformações globais normalizadas após a Conferência de Berlim (1884–1885), também conhecida como “Partilha da África”. Este estudo demonstra que o projeto do governo republicano, amparado pela ideologia positivista do Exército, não apenas incorporou a recolonização à sua arquitetura, mas a tomou como princípio ordenador do programa estatal, nos moldes dos projetos coloniais europeus na África e na Ásia, sob a mesma ótica ideológica de construção de “Ordem e Progresso” por meio do elemento tido como civilizador e hierarquizado como racialmente superior. A investigação aprofunda essa conexão, posicionando o positivismo cientificista como o cavalo de Tróia e via natural para o darwinismo social e o racismo científico, ao mesmo tempo em que justificava a estratificação social por meio da “lei dos três estados”. Revela-se, assim, a fundação contraditória do republicanismo: a tensão insolúvel entre seu projeto dito humanista e sua operação prática como um regime de tutela cultural e racialmente hierarquizado, com intervenções violentas contra a população brasileira, em prol da implementação da nova estrutura social “modernizadora”, de caráter colonizador. A pesquisa avança ao recuperar a mentalidade positivista como ideologia revolucionária em confronto com a matriz luso-brasileira e como influência de longo prazo na adoção de repertórios científicos colonizadores de matriz anti-ibérica.

O estudo evidencia o protagonismo de colonizadores estrangeiros, especialmente de ascendência alemã e italiana, reclassificados como “imigrantes” ou recém-naturalizados como “brasileiros”, nas práticas de violência e extermínio e, de modo crucial, na produção de novas estruturas sociais baseadas em racismo científico. Esse processo evidencia que o dispositivo de reclassificação imigracionista mascara a participação colonizadora na ordem sociopolítica republicana e opera como uma construção narrativa de que o racismo brasileiro é continuum da herança escravagista, e não uma ruptura por intervenção estatal. Como afirma Patrick Wolfe, “o colonialismo de povoamento é uma estrutura, não um evento”.

O Brasil revela-se um caso anacrônico na medida em que discursos ideológicos pró-colonização, especialmente os produzidos pelas redes de sociabilidade dos protagonistas desse sistema, foram seletivamente canonizados, criando uma nova memória coletiva. Esses dispositivos de controle de narrativas operam como gramática colonial contemporânea e ferramenta de colonização intelectual, criando uma infraestrutura de léxicos eufemísticos, entre eles “branqueamento”, “europeização”, “coronelismo”, “república da espada”, “voto de cabresto”, “política café com leite”, “projeto civilizador” e “modernização”. Tais bibliografias e léxicos distanciam a leitura da participação do Brasil em projetos autoritários e colonizadores globais contemporâneos à Primeira República.

Esses reenquadramentos do sistema de colonização como “imigração” mantiveram o Brasil em uma estrutura econômica e social neocolonial e ancoraram as medidas reparatórias exclusivamente na memória da escravidão, distanciando o país das discussões e agendas internacionais de descolonização e de responsabilizações por práticas neocoloniais no Brasil.

Em registro de manifesto, o estudo propõe um vocabulário analítico-operacional e um programa crítico voltados à identificação e à nomeação de agentes e práticas que contribuem para a manutenção da estrutura colonial, visando à reorientação do debate nacional em direção ao cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos e ao alinhamento com as agendas das metas previstas nas Décadas Internacionais de Erradicação do Colonialismo, preconizadas pela Organização das Nações Unidas. Minha perspectiva autoetnográfica, sustentada por experiências empíricas e fundamentação teórico-bibliográfica, convida aqueles que se reconhecem em processos análogos a assumir a liderança nas discussões propostas. Os procedimentos metodológicos encontram-se no manuscrito depositado.

Palavras-chave: imigração; colonialismo de povoamento; colonialismo interno; racismo científico; eugenia; branqueamento; positivismo; Guerra do Contestado; A Redenção de Cam; Conferência de Berlim; Novo Imperialismo; história comparada; apagamento histórico; colonização; Brasil Colônia; escravidão; Partilha da África; mito da imigração; recolonização republicana; máscara de imigrante; coronelismo; projeto civilizador; ordem e progresso; colonizador progressista; colonialista reacionário; trauma da escravidão; manipulação do trauma da escravidão; síndrome do imigrante salvador; fardo do imigrante salvador.

## **Declaração da Tese**

A tese-manifesto introduz e define o conceito de “mito da imigração”, que descreve o dispositivo discursivo-operacional responsável por requalificar como “imigração” o modelo de “colonização” operado no Brasil de forma autoritária, a partir do golpe de Estado republicano de 1889. Sustento que termos correlatos a esse processo, como “branqueamento” ou “europeização”, funcionam como eufemismos para “colonialismo interno” e “colonização de povoamento”, permitindo identificar uma infraestrutura de léxicos eufemísticos que opera como ferramenta de gramática colonial contemporânea, cuja função sistêmica é justificar e manter a estrutura neocolonial criada no Brasil. Tal dispositivo opera de forma a ofuscar as violências praticadas durante esses processos e afasta o Brasil do debate e da agenda internacionais de descolonização promovidos pela ONU no pós-Segunda Guerra Mundial, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (10.12.1948), seguida da Declaração sobre a Concessão de Independência a Países e Povos Coloniais (AGNU, Res. 1514 (XV), 14.12.1960), e pela criação das Décadas Internacionais para a Erradicação do Colonialismo (1990–2000; 2001–2010; 2011–2020; 2021–2030).

O estudo recorre à metodologia de história comparada para situar a República do Brasil nas práticas colonizadoras do Novo Imperialismo Global (1880–1914), no qual republicanos, no contexto de colonialismo interno, emularam conceitos normalizados na Europa após a Conferência de Berlim (1884–1885). O estudo recupera disputas políticas e ideológicas acerca do sistema de imigração no Império do Brasil e evidencia que o modelo operado pela República somente se viabilizou no arranjo autoritário instaurado após o golpe militar de 15 de Novembro de 1889.

Para a investigação, examina-se a legislação brasileira e o léxico republicano, à luz de modelos de colonização europeus na África e na Ásia, que utilizaram as mesmas justificativas ideológicas, como o progresso e a missão civilizatória por meio do elemento colonizador racialmente superior. A expansão colonial no Brasil operou com o aparato de companhias colonizadoras privadas estrangeiras, italianas, alemãs, japonesas, judaicas e norte-americanas, que utilizavam da mesma expertise colonizadora na África e na Ásia para ocupar regiões no Brasil e operar no transporte de colonos estrangeiros, subsidiados pelo governo brasileiro com dinheiro público.

No interior do arranjo autoritário da República, o Exército operou de forma violenta para promover reconfigurações demográficas, fundiárias e raciais no Brasil: estruturas foram criadas para que estrangeiros e seus descendentes ocupassem terras mais produtivas e impedissem a população brasileira de ter acesso aos seus próprios territórios e recursos naturais, afastando-os com a criação de colônias para nacionais em regiões distantes ao Norte ou mantendo-os em regiões áridas e semiáridas no Nordeste, enquanto colonos estrangeiros eram realocados em regiões produtivas, com infraestrutura estatal, em um sistema de engenharia social para que se tornassem progressivamente a nova elite nacional.

Essa expansão de colônias européias, norte-americanas e japonesas no Brasil foi acompanhada de ampla violência contra a população brasileira, com episódios notórios, como a Guerra do Contestado e disputas de território que persistem até os dias atuais. As ações das companhias colonizadoras e as violências dos colonos foram justificadas dentro dos arranjos autoritários coronelistas e justificadas intelectualmente por conceitos positivistas, pelo darwinismo social e pelo racismo científico. Essas práticas conjugavam Estado, empresas e elites locais. Estrangeiros, contudo, não foram meros agentes passivos desse processo, mas atuaram de forma determinante na prática de violências e na construção de um repertório intelectual justificador da colonização, que hoje se manifesta como “preconceitos regionais”, ocultos pela naturalização imediata de estrangeiros requalificados como “brasileiros” e pelo deslocamento semântico de “colonizadores” para “imigrantes”.

Essas práticas podem ser analisadas à luz da formulação clássica de Patrick Wolfe sobre o colonialismo de povoamento como uma estrutura voltada à substituição da sociedade local. Para Wolfe, o colonialismo de povoamento utiliza a lógica de eliminação “destrói para substituir”, construindo uma nova sociedade colonial e definindo que a colonização não é um “evento”, é uma “estrutura”.

Por isso, a distinção entre colono e imigrante é decisiva como entendimento do processo histórico. Como enfatiza Lorenzo Veracini, colonos “são fundadores de ordens políticas e carregam consigo sua soberania”, sendo “feitos pela conquista, não apenas pela imigração”. Como formulam Eve Tuck e K. Wayne Yang, “os colonos não são imigrantes (...); colonos tornam-se a lei, suplantando leis e epistemologias indígenas”. O termo “indígena” é aqui empregado em chave estrutural: habitantes locais anteriores ao dispositivo de colonização; essa perspectiva não se limita a “povos originários” em sentido estrito, mas

busca iluminar como arranjos coloniais atingem todas as populações locais, mas com maior impacto nas racializadas.

Identifico, ainda, uma narrativa que denomino “manipulação do trauma da escravidão”, em que se deslocam para a escravidão consequências que são, de fato, causadas pelo sistema de colonização de povoamento, pela imigração em massa e pelo racismo científico. Essa narrativa ancora as políticas de reparação exclusivamente nas consequências da escravidão, isentando os agentes colonizadores estrangeiros e seus descendentes, agora brasileiros, de responsabilidades reparatorias e jurídicas. Identifico como eufemismos expressões canonizadas, a exemplo de “República da Espada”, “voto de cabresto” e “coronelismo”, que, embora consagradas na historiografia, ofuscam dimensões coloniais do arranjo autoritário.

Em revisão bibliográfica, encontrei inconsistências em trabalhos canônicos que apontam intenções miscigenadoras associadas à imigração; refuto essa interpretação com base na própria legislação republicana, a exemplo do Decreto n. 528/1890 (art. 42), que limitou a 25% a presença de nacionais nos núcleos coloniais de estrangeiros, e à luz do Decreto n. 163/1890 que desloca nacionais para regiões amazônidas com justificativas de determinismo racial. Essa estrutura foi replicada nos ambientes urbanos, como a reforma urbanística do “bota-abixo” no Rio de Janeiro, que segregou a população miscigenada, distanciando-a dos estrangeiros, comprovando mais uma vez a engenharia social consolidada pela República. Também foram identificadas inconsistências nas interpretações relacionadas ao Congresso Universal das Raças (Londres, 1911) e em análises acadêmicas difundidas nas redes sociais sobre o quadro “Redenção de Cam” (1895), que frequentemente omitem o contexto do evento e as intervenções de João Baptista de Lacerda ou o enquadramento original das atas; aqui, proponho a recomposição documental como antídoto a esse efeito de enquadramento (framing)

Reposiciono a narrativa teleológica que isola o Brasil dos arranjos coloniais do Novo Imperialismo: a análise sugere o contrário. Períodos autoritários (incluindo 1964–1985) funcionaram como dispositivos de manutenção de uma ordem anacrônica frente à agenda global de descolonização do pós-1945. A tese-manifesto propõe demonstrar que, no Brasil, o aparato intelectual colonizador persiste, em que o meio acadêmico cria novos instrumentos para produzir conformidade e produtos de memória coletiva para justificar estruturas fundadas durante o período do Novo Imperialismo.

Por fim, neste enquadramento, denominado “mito da imigração”, proponho novas categorias interpretativas para nomear o modo de operação de seus agentes discursivos, que atuam na manutenção desse sistema. Assim, proponho as categorias “colonizador progressista”, “colonialista reacionário”, “síndrome do imigrante salvador”, “fardo do imigrante salvador” e “trauma da escravidão”. Acredito que esses novos conceitos e categorias, que serão teorizados nas próximas páginas, podem criar novos prismas para a releitura e revisão de pesquisas, publicações e produtos midiáticos sobre o mesmo tema.

A investigação desta tese-manifesto, em andamento por anos, de forma independente, encontra-se em fase de conclusão. A publicação deste resumo propõe criar um marco temporal de autoria, além de apresentar novas ferramentas para a leitura de experiências autoetnográficas, das quais o autor faz parte e entendidas em seu sentido metodológico. Durante a pesquisa, evidenciou-se a participação desproporcional dos descendentes dos agentes colonizadores nas produções acadêmicas canônicas e nos produtos de memória coletiva sobre os eventos citados, o que contribui para a consolidação de um regime de legitimação simbólica em torno do termo “imigrante”, que se apresenta como forma de dominação moral e cultural própria de sociedades coloniais, com efeitos de vulnerabilização da população colonizada ao deslocar os referenciais explicativos de sua posição no espaço social.



## **Categorias Interpretativas**

A desmontagem da “infraestrutura de léxicos eufemísticos” e a identificação de bibliografia colonizadora, ocultada pela canonização acadêmica, cumprem a *pars destruens* (destruição) desta investigação; não basta, porém, revelar sem prover instrumentos para desativar. Avança-se, assim, à *pars construens* (construção): um programa crítico que

substitui o léxico herdado por um vocabulário analítico-operacional orientado à identificação, nomeação e rastreamento de agentes, práticas e dispositivos neocoloniais.

As categorias a seguir são ferramentas de intervenção destinadas a destruir o método de colonização intelectual, construindo assim mecanismos para pesquisadores, educadores, curadores e formuladores de políticas que permitem reclassificar evidências, reordenar a memória coletiva e informar decisões em ensino, acervo e comunicação pública. Não se oferecem apenas definições, mas protocolos de leitura capazes de reconectar o debate nacional às agendas de descolonização e responsabilização.

Dentro do contexto atual de colonialismo interno no Brasil, identifiquei dois tipos de agentes colonizadores que contribuem para a manutenção do sistema através do domínio intelectual discursivo:

- O **Colonialista reacionário**: Aquele que é a favor de todos os tipos de colonização. Que defende ou normaliza a colonização em geral, naturalizando hierarquias e rejeitando reparações ou a crítica colonial. Reconta a história brasileira de forma evolutiva, para que cada etapa nova conduza ao chamado “Progresso”, dessa forma, naturaliza a etapa de colonização luso-brasileira de forma elogiosa, mas faz isso para que o processo colonizador da Primeira República seja entendido como mais um passo evolutivo necessário para a ocidentalização. Esse discurso é uma readaptação das ideias darwinistas evolucionistas e contém ecos da lei dos três estágios positivistas. Com essa retórica, esse colonialista não aceita, e reage, a qualquer medida reparadora contra a colonização.
- E o **Colonizador Progressista**: Aquele que é contra, somente, a colonização portuguesa. Se apresenta como progressista/anticolonial, mas restringe a crítica apenas ao colonialismo luso-brasileiro e silencia sobre processos coloniais praticados pelos outros grupos, defendendo especialmente seus círculos de sociabilidade e origem, deslocando responsabilidades históricas; Com isso, assumem uma posição moral de superioridade, em que ocultam o passado de sistemas colonizadores, mas se apresentam como ativistas na luta contra estruturas criadas por portugueses e luso-brasileiros, principalmente manipulando a história da escravidão; Esses, na minha interpretação, são os mais nocivos ao debate, porque atingem justamente públicos que clamam por reparação. Se dizem aliados, mas criam recortes históricos para manterem posições de prestígio e protegerem seus grupos de interesse.

Parcela significativa de historiadores, sociólogos e antropólogos que consolidaram a base teórica do chamado campo “decolonial” no Brasil ocupam posições compatíveis com o padrão identificado em sociedades marcadas pela colonialidade, nas quais uma minoria de ascendência estrangeira exerce poder desproporcional sobre a produção simbólica e de memória da população local.

A esse enquadramento teleológico, que distancia as experiências brasileiras dos arranjos colonizadores globais do século XIX e ressignifica o passado para dificultar a identificação de agentes colonizadores no Brasil, renomeando-os como “imigrantes”, denomino “**mito da imigração**”.

Nesse contexto, a academia científica brasileira canonizou autores que, de alguma forma, justificam a recolonização do Brasil e combatem ou recortam o contraditório, pois a omissão também contribui para criar a ilusão de consenso.

Processo similar foi teorizado por Edward Said em Culpe a Vítima (Blaming the Victims). Em que demonstra como colonizadores criam aparatos simbólicos morais e culturais para se imporem e justificarem o sistema colonial vigente.

No Brasil, identifico esse sistema adaptado, onde criam um aparato cultural de consumo para que a classe média colonizadora acabe incorporando o discurso naturalizador do colonialismo, aplicado como uma ferramenta colonial de imposição moral, onde o colonizador deve liderar o colonizado, inclusive no discurso de descolonização. O discurso “decolonial” se transforma assim em um discurso de ódio contra origens mestiças e luso-brasileiras.

Edward Said também elabora o conceito de “orientalismo” sob a perspectiva de que colonizadores europeus, mesmo aqueles nascidos em território colonizado, construíram uma imagem exotizada e deturpada da cultura dos colonizados. Como exemplo, Joseph Rudyard Kipling, autor orientalista e defensor da colonização, nasceu na Índia britânica, mas isso não o fazia indiano. Ele é o autor do poema “The White Man’s Burden”, “O Fardo do Homem Branco”, em que defende a expansão colonial racializada como promotora de progresso. O recorte cultural de Kipling, e sua orientação colonizadora, o impediam de ter uma percepção completa da cultura indiana e, por isso mesmo, continuava sendo europeu em território indiano. Essa posição lhe conferia uma superioridade posicional autoatribuída, pois, apesar de estar geograficamente no Oriente, ele era existencialmente e moralmente europeu. Uso esse

mesmo argumento para identificar que, no Brasil, a naturalização de estrangeiros colonizadores ocultou o viés “orientalista” deles, que aqui deveria ser denominado “brasilianista”. Dentro desses brasilianistas identifico a maior parcela dos “colonizadores progressistas”, investidos de símbolos de superioridade moral, funcionam como intermediários entre o colonizado e o colonizador e também como agentes de contenção contra medidas reais de descolonização, criando um sistema de tutela intelectual e acadêmica.

Essas bibliografias criadas pelos colonizadores progressistas agradam à maioria da classe média brasileira, formada majoritariamente por descendentes desses novos arranjos colonizadores. Apresentadas como crítica social e “descolonialismo”, essas bibliografias levam essa massa a reproduzir um discurso contínuo de ódio contra a origem do país, o que acaba por se refletir na autopercepção das pessoas mais pobres do Brasil. O título “imigrante” torna-se uma marca moral e de virtude. Para colonização da África e da Ásia, os projetos coloniais construíram o mito do branco salvador, a ideia de que agentes colonizadores iriam “resgatar” populações tidas como inferiores de sua própria cultura e condição. No Brasil, a lógica colonizadora foi semelhante, mas com mudanças sutis adaptadas à nossa realidade. Na minha tese, chamo esse enquadramento de **“síndrome do imigrante salvador”** e **“fardo do imigrante salvador”**.

A síndrome do imigrante salvador legitima a colonização criando a interpretação de que os imigrantes colonizadores estão salvando o Brasil de sua própria cultura e desvelando o passado escondido pelos colonizadores anteriores. Mas para isso eles desmontam qualidades culturais ou institucionais das principais matrizes fundadoras do Brasil, seja: luso-brasileira, indígena ou africana, na medida dos seus interesses. A pesquisa da professora Célia Maria Marinho de Azevedo, em *Onda Negra, Medo Branco*, mostra que os imigrantistas apontavam a “um defeito de origem” no Brasil, que poderia vir de qualquer um desses grupos, ou até mesmo miscigenação entre essas raças. Então, à medida dos interesses colonizadores, eles apontam para as matrizes culturais indígenas, africanas ou luso-brasileiras para justificarem a expansão colonizadora no Brasil.

Toda colonização precisa ser amparada por algum mito justificador. A construção do “mito da imigração” se justifica com a elaboração de uma imagem da civilização brasileira sendo considerada inferior.

Para o período de 1822 a 1889, quando o Brasil já era independente, parcela influente da bibliografia brasileira, que se denomina “descolonizadora”, cria a imagem de que o próprio país era incivilizado e que seria incapaz de progredir sozinho devido a defeitos estruturais de origem. Formulação paradoxal para os contextos de discursos decoloniais, onde a valorização e a memória cultural local são metas. Essa caracterização induz o público à aceitação e à naturalização da introdução de novos agentes, operados por companhias colonizadoras, preferencialmente sem matrizes luso-brasileiras, como vetor de progresso. Assim, esse enquadramento desloca responsabilidades e consequências da recolonização autoritária ocorrida entre 1889 e 1930. A esse processo chamo **“manipulação do trauma da escravidão”**.

Um erro conceitual sobre colonialismo é pensá-lo somente como um sistema do passado e não como um problema contemporâneo ainda em curso em diversas regiões do mundo, como na Cisjordânia Palestina, ou locais onde as estruturas da colonização de povoamento ainda estão sendo desmontadas, como na África do Sul.

Por isso mesmo, as metas da ONU, com as Décadas Internacionais para a Erradicação do Colonialismo, são de acabar com o colonialismo até 2030, reconhecendo que ainda existem essas estruturas.

O que eu comprovo com a minha pesquisa é que o sistema colonial ainda está estruturado no Brasil, não só dentro Estado Brasileiro, mas com a construção e manutenção de aparato intelectual e de recorte historiográfico justificador, disfarçado de discurso decolonial, com intenção de restringir o alcance das políticas descoloniais.

O que identifiquei no Brasil é que ele se encontra no que se tem conceitualizado de colonialismo tardio, em que nas décadas de 1940 a 1970 os Estados Coloniais na África e na Ásia mobilizaram agendas desenvolvimentistas sem alterar estruturas de controle territorial, econômico e social derivadas do ciclo colonial. Estruturas que no Brasil foram criadas e consolidadas nos períodos autoritários que remodelaram o Brasil.

A tese do “branqueamento” também funciona como um eufemismo para um sistema de framing, enquadrando e limitando a perspectiva histórica. Quando analisada mais profundamente, a tentativa de aplicar a ideia de “embranquecer” ou “apagar” indivíduos, como intelectuais negros e mestiços, a exemplo de Machado de Assis e Carlos Gomes (autor da ópera O Guarani), sem a perspectiva do processo de colonização e de pagamentos históricos, dá a entender que se estava tentando apagar as pessoas negras e mestiças como indivíduos, mas, na verdade, se estava tentando apagar todo o contexto de um período em que,

no Brasil, pessoas negras e mestiças estavam em ascensão social, em posições de prestígio e com aceitação da maioria das elites locais.

Há uma interpretação que se tornou referência no Brasil, de que havia a política de miscigenar as pessoas para embranquecê-las, e essa visão é frequentemente ilustrada com o quadro de Modesto Brocos, chamado Redenção de Cam. Assim, o quadro costuma simplificar um debate muito mais amplo.

No Brasil, a ciência germânica e nazista teve como maior propagandista o médico descendente de alemães, Renato Kehl, através da produção do seu próprio jornal informativo, o Boletim de Eugenia, que contava com a classe científica e médica brasileira, principalmente a paulista. O agrônomo e geneticista, descendente de italiano, Salvador de Toledo Piza Jr, e que se pós-graduou na Alemanha, publicou no Boletim em 1932:

*“Por essas poucas razões pensamos poder concluir, que debaixo do ponto de vista antropológico, as uniões de branco com preto não são naturais. (...) Limitar-nos-emos simplesmente a dizer, que através do prisma social, o casamento do branco com o preto, quaisquer que sejam as vantagens que disso advenham para o individuo ou para a comunidade, deve Ser considerado, na situação presente, como uma união repugnante.”*

Salvador de Toledo Piza Jr era professor da ESALQ, e passou a ser um dos diretores do Boletim de Eugenia junto com outro professor da ESALQ. Apenas 2 anos após a publicação que citei, em 1934, a ESALQ, junto com outras seis instituições de ensino superior do Estado de São Paulo, dão origem a Universidade de São Paulo (USP). Ou seja, eugenistas da corrente nazista faziam parte de uma parcela importante das redes produção de conhecimento de São Paulo.

Ao avaliarem os efeitos da miscigenação como sendo negativos, Kehl e Toledo Piza Jr não estavam refletindo somente sobre efeitos futuros, mas estavam também emitindo opiniões sobre a população brasileira em geral, o que, em retrospecto, era a mesma teoria e linguagem científica que justificava a Recolonização do Brasil.

Renato Kehl foi convidado por Oliveira Vianna para integrar uma comissão ministerial encarregada de estudar e propor a regulamentação relativa à imigração e à colonização no Brasil, e depois foi criado o Conselho de Imigração e Colonização (CIC) que depois se tornou Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) responsável pelas decisões técnicas e científicas para ingresso de colonos e imigrantes no Brasil, assim como organizar as migrações internas dentro do Brasil.

Por isso, a má interpretação sobre o quadro de Modesto Brocos pode levar à redução de um contexto muito mais amplo que havia no Brasil. O quadro foi premiado na Escola

Nacional de Belas Artes (ENBA), em sua Exposição Geral de Belas Artes no Rio de Janeiro. Mas o que as análises sobre esse quadro costumam desconsiderar é que Brocos era espanhol; o diretor do museu que o premiou foi Rodolfo Bernardelli, nascido no México e de ascendência italiana. Há uma análise que induz a crer que o personagem do quadro seria português, mas isso é uma suposição, sem lastro histórico, uma conjectura não comprovada. Ou seja, o quadro foi criado em um contexto internacionalizado, por um espanhol, premiado por um italiano, mas, ainda assim, alguns historiadores o utilizam para comprovar um ethos brasileiro.

Talvez o quadro tenha ganhado maior notoriedade por ter sido utilizado por João Baptista de Lacerda no Primeiro Congresso Universal das Raças (Londres, 1911). Outro fator que costumam desconsiderar desse evento é que, segundo o Museu da Humanidade, a intenção do congresso tinha pautas humanistas e anti-racistas, e dentro desse contexto discutia a ciência racializada da época e suas tensões, e foi considerado o primeiro evento anti-racista da história. Nessa mesma apresentação Lacerda aponta a um maior racismo nas colônias italianas e alemãs no Brasil, dizendo *“onde o negro e o mestiço são rejeitados e considerados elementos ruins, prejudiciais à prosperidade das colônias”*. Em contraste a essa visão dos italianos e alemães no Brasil, Lacerda apresenta sua visão sobre o resultado da miscigenação como sendo positivo; segundo ele: *“Uma força obscura e desconhecida faz florescer dentro deles uma inteligência capaz de alcançar um desenvolvimento que não era prerrogativa de nenhum dos pais. É comum, de fato, ver um homem branco, dotado de inteligência medíocre, cruzado com uma negra das mais incultas, nascer um filho dotado de elevadas qualidades intelectuais, como se um dos efeitos da mestiçagem no homem fosse justamente apurar a inteligência, sem, contudo, elevar o sentimento nem as qualidades morais e afetivas próprias dos indivíduos das duas raças cruzadas.”* Com essa apresentação, dentro do contexto do racismo científico, principalmente da África do Sul e dos EUA, o Brasil poderia ser a prova de que o medo da miscigenação era injustificado. A explicação para a utilização do quadro se sustenta nesse contexto da apresentação.

Mas Lacerda, assim como Roquette-Pinto, faziam parte de um grupo de cientistas e estudiosos que viam, na miscigenação brasileira, indícios antropométricos e empíricos de que, no caso brasileiro, a miscigenação seria positiva. É importante perceber que o racismo não era uma questão moral nesse aspecto, era uma questão científica. Mas essa não era uma posição unânime, e não houve, de forma alguma, um incentivo governamental para que os imigrantes colonizadores praticassem a miscigenação como elemento de assimilação ou integração, pelo contrário, como já foi demonstrado.

Essas interpretações recortadas sobre o quadro Redenção de Cam e sobre o evento do Congresso Universal das Raças embasam a interpretação de uma tentativa de “embranquecimento” da população brasileira; entretanto, “embranquecimento” opera como eufemismo para processos de colonização de povoamento, isto é, formas de dominação estruturadas por substituição demográfica e reordenamento territorial. Na historiografia da África do Sul, o mesmo influxo de colonizadores, operados pelo mesmo sistema de companhias colonizadoras, são corretamente tratados como colonização de povoamento. Deslocar “colonização” para eufemismos como “embranquecimento” ou “europeização” distancia o Brasil da discussão internacional e das metas da ONU de descolonização. A síntese “embranquecimento” e “europeização” são interpretações hegemônicas brasileiras que servem como dispositivo de deslocamento teleológico e desarticula a análise do léxico normativo das Nações Unidas (colonialismo - descolonização), como se a finalidade do “embranquecimento” fosse ideológico demográfica excepcional ao caso brasileiro e não um arranjo colonial dentro do contexto global de colonização.

A conceitualização de “embranquecimento”, como utilizada atualmente, apaga o protagonismo dos agentes colonizadores reclassificados como “imigrantes”, como se fossem sujeitos passivos nesse processo ou meros beneficiários indiretos de uma estrutura racista já consolidada. Com isso, desresponsabiliza-se atores e instituições que planejaram, promoveram e legitimaram a recomposição demográfica e fundiária, obscurecendo sua participação na articulação e consolidação de um novo arranjo colonial. A participação do Brasil no Congresso Universal das Raças é mais um demonstrativo de como o Brasil participava ativamente das discussões internacionais sobre colonização, povoamento, e raça. O Brasil não foi o único convidado, o encontro reuniu delegações de mais de cinquenta países e teve participações importantíssimas como do norte-americano W. E. B. Du Bois, o teuto-americano Franz Boas e indiano Mohandas Gandhi, também conhecido pelo título Mahatma Gandhi. A contribuição de Lacerda consta na ata como contribuições positivas.

Já a participação do alemão Felix Von Luschan, no mesmo evento, foi dita como “dissonante do objetivo do evento”, defendendo a “evolução separada” de “brancos” e “de cor” e sustentou que “as barreiras raciais jamais cessarão”, concluindo com darwinismo, que “fraternidade humana é uma coisa boa, mas a luta pela vida é melhor”. Ou seja, o ramo da eugenia alemã, conforme Von Luschan na Alemanha e Toledo Piza Jr no Brasil, junto com Renato Kehl, conclui que se de algum aspecto a mistura da raça ariana poderia aprimorar outras raças o caminho contrário também existia, ou seja, a mistura de raças comprometeria as próximas gerações de brancas.



A Primeira República, e especialmente o Sudeste e o Sul do Brasil, eram diretamente influenciados pelas teorias raciais alemãs e italianas, e pelos cidadãos desses países que vinham para o Brasil.

A antropologia criminal dos italianos Cesare Lombroso e Raffaele Garofalo, e a sociologia criminal de Enrico Ferri, foram os pilares da Escola Italiana de Criminologia Positiva; eles rejeitavam a tese do “livre arbítrio” e consolidaram novas técnicas da chamada “polícia científica”, que categorizavam “classes perigosas” e a figura do “delinquente nato”, prevendo o potencial criminoso de uma pessoa a partir de características físicas e antropomórficas. A polícia brasileira adotou o sistema científico com uma orientação preventivista com o controle de ‘classes perigosas’. Como uma profecia autorrealizável, esse método acabou gerando uma massa excluída de oportunidades de ascensão e mobilidade social. O personagem Sherlock Holmes é um exemplo de como a polícia científica estava começando a penetrar no imaginário europeu do final do século XIX e justificando métodos de observação e intuição somados à ciência.

Há ampla literatura histórica que comprova que esses dispositivos integraram o repertório normativo e administrativo de Estados coloniais na África e na Ásia, com exemplos na Argélia, na Índia, na África do Sul, na Namíbia, na Eritreia, na Líbia, e nos enclaves e concessões internacionais na China.

Enrico Ferri chegou a visitar o Brasil mais de uma vez, e a imprensa italiana de São Paulo publicou a “imponente manifestação feita por italianos e brasileiros” em sua visita a São Paulo. Além da influência italiana, o exército brasileiro também passou a visitar a Alemanha para incorporar novas técnicas germânicas dentro do exército, e posteriormente métodos franceses, que seguiam em grande parte as técnicas coloniais.

O primeiro grupo de extermínio da Polícia do Rio de Janeiro se chamou Scuderie Detetive Le Cocq, uma organização paramilitar criada por policiais no Rio de Janeiro em 1965. O nome foi em homenagem ao detetive carioca de ascendência francesa, Le Cocq, morto em serviço.

No Brasil, há uma região denominada “Vale Europeu”, identificada como área de “colonização alemã e italiana”. Além de os próprios arquivos públicos das cidades reconhecerem sua história como “colonização”, agora se difundiu amplamente que eles são “imigrantes”, e a diferenciação como “europeu” coloca em perspectiva a visão de que, as regiões e cidades históricas com características portuguesas e luso-brasileiras, não são europeias. A idéia de “europeização” no Brasil passou diretamente pela idéia de que o “Português” não era suficientemente europeu.

Em Onda Negra, Medo Branco, a pesquisadora recupera um artigo de 1887, que diz *“chama-se a atenção para o fato de que neste país a colonização portuguesa havia assimilado "as raças selvagens" ao invés de as destruir; "preparando-nos assim para resistir à invasão assoladora do preconceito de raças".”*

Em outro artigo jornalístico diz:

*Cumpra não confundir o problema da imigração com o da substituição dos braços necessários à grande lavoura. Esta quer salarizados e chega a preferir até os de raça inferior. O escopo da imigração, porém, é de ordem muitíssimo mais elevada, busca organizar os elementos que devem formar a grande nacionalidade brasileira, senhora da maior e melhor parte do continente SulAmericano.*

*Exige, por isso mesmo, maior seleção nestes elementos.*

*Ora, para que o imigrante ativo, laborioso, inteligente, progressivo, venha para o Brasil, é preciso que este país ofereça condições de bem-estar para si e para sua família, impossíveis de encontrar na Europa.*

O que os artigos deixam claro é que a herança portuguesa foi justamente reduzir os preconceitos e que isso levou à miscigenação. Miscigenação que, segundo o racismo científico, condenava o Brasil. A falta de preconceito, nesse contexto, era uma herança cultural negativa no Brasil. O imigrante não viria somente para o trabalho, mas para uma nova nacionalidade. Essa mudança de demografia e de engenharia social chama-se “colonialismo interno”.

Estranhamente, durante minha pesquisa, esse verbete no wikipedia nem sequer possuía uma definição em português. Isso mostra o quanto o assunto está fora dos debates brasileiros, e acredito ser, de forma intencional.